

Dívida: nova fase da renegociação começa no segundo semestre.

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, disse ontem que a nova carta de intenções que o Brasil enviará ao Fundo Monetário Internacional está elaborada e que falta agora apenas a datilografia final para ser levada ao gerente geral do FMI, Jacques de Larosière. Enquanto isso, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, informava que em agosto ou setembro o País iniciará a fase 3 da renegociação da dívida externa, a vencer a partir de 85.

Delfim, ao ser perguntado qual foi a reação do presidente Figueiredo, ao ler a nova carta, limitou-se a pedir que a questão fosse levada diretamente a ele. E disse que o importante não é a data do envio da carta, e sim os compromissos de novo assumidos pelo Brasil, como um déficit em transações correntes de apenas US\$ 5 bilhões, meta que quase nenhum técnico da área financeira oficial acredita que possa ser alcançada.

O presidente do Banco Central informou que, ao iniciar a fase 3 da renegociação da dívida externa, o Brasil buscará um consenso entre bancos e países para a recomposição por prazo mais longo do endividamento, com maior realce para os entendimentos de governo a governo. Com a estimativa do déficit em conta corrente para US\$ 5 bilhões este ano, contra a projeção inicial de US\$ 6 bilhões, Pastore admitiu que o governo poderá utilizar o ganho de US\$ 1 bilhão no balanço de pagamentos para criar um instrumento adicional de retomada de atividade econômica, como o menor controle das importações do setor privado.



Idéia sensata

A colocação do presidente do Bank of America, Samuel Armstrong, de que o Brasil deve melhorar os termos da renegociação da dívida surpreendeu os próprios renegociadores brasileiros. O presidente do Banco Central disse que o País nem iniciou as tentativas de sondagem das condições para a fase 3 da rolagem dos compromissos externos, mas observou que o dirigente do maior banco do mundo expôs "uma idéia sensata e a ser perseguida".

Após almoçar, com o presidente do Mannufactures Hannover Trust, John F. Mogillicubby, juntamente com os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda, Ernane Galvões, e mais o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, Pastore esclareceu que o Brasil sempre buscou as melhores condições para a rolagem da dívida e que, agora, estão se materializando condições para renegociar os compromissos por prazo maior e encargos mais favoráveis.

"Já ouvi dizer que a versão dos jornais brasileiros não coincide com a dos jornais estrangeiros" — observou o presidente do Banco do Brasil, antes de manifestar o apoio às declarações atribuídas ao presidente do Bank of America. Em 1982 e 1983, o Brasil precisava, antes de mais nada, superar a crise de liquidez, mas Colin entende que o quadro para a fase 3 melhorou.

Vitória

O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, considerou uma vitória das autoridades econômicas brasileiras a disposição manifestada pelo presidente do Bank of America de que a renegociação da dívida externa tem que se dar em bases políticas, de governo a governo, creditando-a à capacidade crescente do governo brasileiro de

convencer os credores até agora irredutíveis. O Brasil, disse Camilo, perdeu US\$ 40 bilhões nos últimos anos, nas relações de troca com os países desenvolvidos.

O País teve de suportar, além das crises provocadas pelas altas taxas de juros e a redução significativa do comércio exterior, também a política de valorização do dólar norte-americano nos últimos dois anos, que transferiu recursos líquidos para a economia norte-americana, na medida em que teve que desvalorizar seguidamente o cruzeiro para tornar as exportações brasileiras, cotadas em dólar, competitivas diante das moedas fortes europeias.

O enfraquecimento da economia brasileira, em função do prejuízo provocado por fatores externos determinados principalmente pela política monetária norte-americana, é um fato que agora preocupa os credores, porque é cada vez mais difícil para o País reunir recursos suficientes para saldar seus compromissos financeiros assumidos com o mercado financeiro internacional, razão pela qual começam a entender a necessidade alardeada pelas autoridades econômicas de o País negociar sua volumosa dívida em bases mais justas.

Camilo Pena tem pregado insistentemente que é preciso haver uma compatibilização entre o fluxo de comércio e o pagamento dos compromissos financeiros, porque o País só poderá pagar sua dívida se puder exportar. Nesse sentido, prega um entendimento a nível internacional entre o FMI, o Banco Mundial, os credores e os organismos internacionais que regulam a atividade comercial no mundo ocidental, com o Gatt, no sentido de permitir o aumento das exportações dos países em desenvolvimento, reduzindo gradativamente o protecionismo que se verifica no momento.